



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### RESOLUÇÃO Nº 857/2020

Dispõe sobre a realização de sustentações orais por meio de videoconferência e encaminhamento de mídia nas sessões de julgamento do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 22, inciso VII, e 146, do seu Regimento Interno,

**CONSIDERANDO** os princípios da celeridade, da eficiência e da economicidade que regem a Administração Pública, bem como a possibilidade de aprimoramento da prestação jurisdicional mediante a utilização de recursos tecnológicos disponíveis;

**CONSIDERANDO** as garantias constitucionais do acesso à justiça e da duração razoável do processo, consagradas no artigo 5º, XXXV e LXXVIII, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 937, § 4º, do Código de Processo Civil, que possibilita a realização de sustentação oral por videoconferência aos advogados com domicílio profissional em cidade diversa daquela onde será realizada a sessão de julgamento;

**CONSIDERANDO** a instituição de sessões de julgamento virtuais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, nos termos da Resolução TRE-PR 853/2020;

### RESOLVE

**Art. 1º** Instituir e regulamentar o uso de videoconferência destinada à realização de sustentação oral à distância por advogados nas sessões de julgamento presenciais do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e a apresentação de mídia contendo sustentação oral ou memoriais escritos nos processos incluídos em sessão de julgamento virtual.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### Resolução nº 857/2020

**Art. 2º** Nas sessões de julgamento presenciais, a sustentação oral por videoconferência é facultativa para os seguintes casos:

I - por advogados com domicílio profissional fora de Curitiba;

II - por advogados que, embora possuam domicílio profissional em Curitiba, estejam comprovadamente fora desse domicílio no horário da sessão de julgamento.

**Art. 3º** O Tribunal indicará os meios tecnológicos para a sustentação oral por videoconferência.

**Art. 4º** Para proferir sustentação oral por videoconferência, o advogado interessado deverá estar regularmente constituído no processo e apresentar requerimento à Secretaria Judiciária, até às 16 (dezesseis) horas do dia útil anterior à data da sessão de julgamento, via e-mail sustentacaooral@tre-pr.jus.br.

**§ 1º** Do requerimento constará, dentre outros dados, o número do processo, a data da sessão de julgamento, a justificativa do pedido e o endereço eletrônico para contato.

**§ 2º** Recebido o pedido, a Secretaria Judiciária fará a verificação dos dados fornecidos, encaminhando ao advogado um e-mail de confirmação, no qual constarão as orientações técnicas para acesso ao sistema de videoconferência e realização dos testes de conexão, além de outras informações pertinentes.

**§ 3º** A formalização do pedido para sustentação oral por videoconferência não importa no seu direito de fazê-la, sendo o pedido analisado pelo relator e pela Presidência do Tribunal, podendo, nas hipóteses de não cabimento, indeferi-lo.

**Art. 5º** Nas sessões de julgamento que se realizarem por videoconferência, as sustentações orais serão proferidas também por meio da videoconferência, seguindo-se o procedimento previsto no art. 4º.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### Resolução nº 857/2020

**Art. 6º** O sistema de sustentação oral por videoconferência funcionará mediante a utilização de linha privada de comunicação de dados entre o Tribunal e o advogado interessado, sendo de responsabilidade dos advogados providenciar a infraestrutura adequada, constituída, no mínimo, por microcomputador, notebook, netbook, tablet ou smartphone equipado com microfone, webcam, acesso à internet que possibilite a transmissão de voz e imagem e outros requisitos específicos que serão informados no e-mail de que trata o § 2º do artigo 4º.

**§ 1º** O advogado interessado deverá, na data do julgamento, acessar a sala de videoconferência 30 (trinta) minutos antes da sessão para garantia de funcionamento dos serviços, conforme orientação constante da mensagem de que trata o § 2º do artigo 4º.

**§ 2º** O Tribunal não se responsabilizará pelo suporte técnico de sustentação oral por videoconferência se não houver atendimento das orientações, prazo e forma previstos nesta Resolução.

**Art. 7º** Os feitos nos quais haja requerimento de sustentação oral por videoconferência terão preferência no julgamento em relação aos feitos com sustentações orais presenciais, observada, em cada caso, a ordem de inscrição.

**Parágrafo único.** Por conveniência do serviço, a juízo do Presidente, a ordem estabelecida no *caput* poderá ser alterada.

**Art. 8º** Ocorrendo dificuldades de ordem técnica que impeçam a realização da sustentação oral por videoconferência e não sendo possível a solução do problema até o fim da sessão, o julgamento poderá ser adiado ou o feito ser retirado de pauta, a critério do relator.

**Parágrafo único.** O requerimento de sustentação oral por videoconferência deverá ser renovado quando o processo retornar à pauta.

**Art. 9º** Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação o suporte técnico dos equipamentos utilizados pelo Tribunal na videoconferência.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### Resolução nº 857/2020

**§ 1º** Os servidores que auxiliam as atividades do plenário serão responsáveis pelo manuseio dos softwares para a videoconferência.

**§ 2º** A Secretaria de Tecnologia da Informação promoverá, sempre que necessário, o treinamento dos servidores e membros do Tribunal diretamente envolvidos na realização das sessões de julgamento.

**Art. 10.** Nas sessões de julgamento virtuais será facultado aos advogados e ao Ministério Público Eleitoral a apresentação, até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão, de arquivo de texto em forma de memoriais ou de arquivo de áudio ou de áudio e vídeo com sustentação oral, com a duração regimentalmente prevista para cada processo.

**§ 1º** O envio de memoriais escritos ou de arquivo de áudio com a sustentação oral deve ser feito diretamente no PJe, por meio de peticionamento no respectivo processo, em formato, resolução e tamanho compatíveis com o PJe.

**§ 2º** Para o envio de arquivo de áudio e vídeo com a sustentação oral, deve o advogado regularmente constituído no processo apresentar requerimento à Secretaria Judiciária, via e-mail ao endereço eletrônico [sustentacaooral@tre-pr.jus.br](mailto:sustentacaooral@tre-pr.jus.br), no prazo previsto no caput, identificando o número do processo, a data da sessão de julgamento e o endereço eletrônico para contato.

**§ 3º** Recebido o pedido, a Secretaria Judiciária fará a confirmação dos dados fornecidos, encaminhando ao advogado e-mail com as orientações técnicas para o envio do arquivo de áudio e vídeo.

**§ 4º** Não serão admitidas gravações enviadas pelos advogados por meio de *links*.

**§ 5º** A Secretaria Judiciária certificará nos autos a apresentação da sustentação oral, o tempo de duração e a URL para acesso à gravação pelos membros da Corte, Ministério Público Eleitoral e parte contrária.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### Resolução nº 857/2020

**§ 6º** A Secretaria Judiciária tornará pública a sustentação oral, por meio da URL certificada no PJE, conforme arquivo enviado pela parte, sem análise prévia de seu conteúdo.

**§ 7º** Ao réu ou ao recorrido é facultado, até às 16 (dezesesseis) horas do dia anterior à sessão virtual, requerer a sustentação oral ou a complementação ou retificação da já apresentada, em razão da apresentação de sustentação oral pelo autor ou pelo recorrente.

**Art. 11.** O uso de vestes talares para proferir sustentação oral por videoconferência e para a gravação da sustentação em arquivo de mídia é facultativo, observada a utilização de trajes consentâneos com o respeito, o decoro e a austeridade do Poder Judiciário.

**Art. 12.** Casos omissos serão resolvidos pela Presidência do TRE-PR.

**Art. 13.** Fica revogado o § 1º do art. 11 da Resolução TRE-PR nº 853/2020, e seu art. 7º, II passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º (...)

(...)

II – destaque apresentado por qualquer das partes ou requerimento de sustentação oral, quando cabível, até 2 (dois) dias antes do início da sessão, desde que não opte o advogado pelo envio de memoriais escritos ou de arquivo de áudio ou de áudio e vídeo com a sustentação oral.

(...)”

**Art. 14.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SESSÃO POR VÍDEOCONFERÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, em 04 de Junho de 2020.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
**Resolução nº 857/2020**

**Des. TITO CAMPOS DE PAULA**  
**Presidente**

**Des. VITOR ROBERTO SILVA**  
**Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral**

**Des. LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO**

**ROGÉRIO DE ASSIS**

**CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN**

**THIAGO PAIVA DOS SANTOS**

**ROBERTO RIBAS TAVARNARO**

**ELOISA HELENA MACHADO**  
**Procuradora Regional Eleitoral**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-PR-00042870/2020 RESOLUÇÃO**

.....  
Signatário(a): **ELOISA HELENA MACHADO**

Data e Hora: **05/06/2020 15:16:48**

Autenticado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave F7FA1337.E74838FC.DCA7C16D.23FED9E8